

João Caupers

Os equívocos da precariedade

A ideia de precariedade, habitualmente mencionada no quadro das relações laborais, vem, entre nós, traçando uma fronteira, supostamente clara, entre esquerda e direita.

Uma visão simplista e simplificadora da realidade identifica a esquerda com a garantia da estabilidade e durabilidade das relações de trabalho e a direita com a promoção da instabilidade e da transitoriedade de tais relações. Mais: aquela garantia é, “naturalmente”, a posição mais adequada à defesa dos interesses dos trabalhadores, ao passo que a posição da direita é, também “naturalmente”, adversa a tal defesa e, por conseguinte, favorável aos interesses do patronato.

A realidade é, porém, mais complexa do que este paradigma, que parece ditado por um certo maniqueísmo infantil: ao contrário do que sucede nas brincadeiras das crianças, o campo dos “bons” e o campo dos “maus” não está claramente traçado.

Sobre este tema, gostaria de alinhar algumas reflexões, vagas, inconclusivas e provavelmente, incongruentes.

A hostilidade àquilo que se designa por *precariedade* parece decorrer de um natural sentimento de insegurança e ansiedade, suponho que inerente à natureza humana. Na verdade, tudo no género humano é precário, a começar pela própria vida, passando pela saúde, pelos afectos, pelo bem-estar material, pelo sucesso e o seu reconhecimento. Claro que todos nós gostaríamos que estivesse assegurado que não teríamos de sofrer doenças, que as pessoas que amássemos não se fartariam de nós, que a nossa riqueza material, muita ou pouca, não seria ameaçada, que o nível de educação que desejamos atingir não poderia ser comprometido, enfim, que os nossos êxitos pessoais fluiriam continuamente. Como Woody Allen, que à pergunta sobre o que pensava da morte, respondeu, com uma espantosa lucidez, “sou contra!”, também nós somos todos contra as incertezas e os azares da vida.

João Caupers

A organização das nossas sociedades pode contribuir para reduzir os níveis de incerteza da nossa vida: a segurança social e os seguros, a gratuitidade dos cuidados de saúde e do ensino, os instrumentos de poupança, os certificados de garantia dos bens que adquirimos, a estabilidade no emprego e na habitação, tudo isto reduz significativamente a nossa insegurança e a nossa angústia. Sucede, porém, que estes factores de redução da incerteza estão, de uma ou outra forma, condicionados por características específicas da estrutura social em que nos integramos – taxa de natalidade, esperança de vida, mobilidade social, estrutura familiar, hábitos de aforro, etc. – e pelos níveis de prosperidade da comunidade em que nos inserimos.

Uns e outros podem assumir um relevo decisivo, constituindo obstáculos à protecção efectiva contra a insegurança e as incertezas: o Estado pode não conseguir sustentar o sistema de segurança social, o serviço nacional de saúde ou o ensino gratuito; eu posso não conseguir pagar o prémio do meu seguro de saúde; o senhorio pode não conseguir suportar as despesas de reparação da casa, deixando-a degradar-se em prejuízo do inquilino; o empresário, enfrentando a concorrência no mercado, pode não conseguir honrar os compromissos da empresa, deixando de pagar aos seus trabalhadores.

É compreensível que os seres humanos procurem colectivamente garantir a sua protecção contra as incertezas e que o façam também mediante declarações solenes e instrumentos formais. Algumas constituições incluem capítulos que mais parecem apólices de seguro contra os riscos da vida: afirmam múltiplos direitos, por vezes de forma quase poética, e até chegamos a sentir emoção quando lemos algumas das suas normas. Infelizmente, os direitos que afirmam não têm a capacidade de, por si só, assegurar o bem-estar e a prosperidade dos cidadãos: ninguém consegue morar dentro do artigo que proclama o direito à habitação.

Acresce uma outra verdade, que muitos preferem ignorar: a afirmação dos direitos de cada um de nós faz-se quase sempre contra os outros membros da

João Caupers

colectividade, na justa medida em que aqueles direitos exigem acções ou omissões dos outros cidadãos ou do Estado – e o Estado somos nós todos. Quando pedimos protecção policial, pedimo-la contra alguém; quando viajamos numa auto-estrada sem portagem não estamos a fazê-lo de graça – estamos a empurrar o custo dos nossos bolsos para os bolsos dos outros cidadãos, incluindo os que não utilizam auto-estradas.

Por esta razão, há alguma ingenuidade, acredito que bem intencionada, na posição daqueles que sustentam, e seguramente crêem, que os níveis de protecção, nomeadamente legal, do emprego daqueles que o têm podem ser mantidos intactos, mesmo numa conjuntura de grande aflicção económica e financeira. É a ilusão, bela mas inconsistente, dos “direitos adquiridos”.

Não podem.

Por um lado, porque as leis que proíbem o despedimento sem justa causa não geram o dinheiro necessário para pagar as remunerações dos trabalhadores de uma empresa que não consegue vender aquilo que produz. Seja o que for que a lei diga, não terá capacidade para manter o emprego. Por outro lado, porque quanto mais intensas forem as garantias jurídicas daqueles que têm emprego, mais difícil e improvável será a criação de novos postos de trabalho. Poderia até dizer-se que a garantia do emprego dos empregados tem como reverso a garantia do desemprego dos desempregados.

Não quer isto dizer que a solução seja, fatalmente, a diluição do quadro de garantias a que nos fomos habituando. Não temos que reintroduzir a escravatura para resolver o problema. Significa, sim, que vamos ter de nos habituar a níveis de incerteza mais elevados, associados a opções difíceis: reduzir as comparticipações nos medicamentos ou aumentar as propinas do ensino superior público? Aumentar a idade da reforma, ainda mais, ou diminuir as respectivas pensões? Pagar mais cara a água ou aceitar que o lixo apenas seja recolhido duas vezes por semana?

Não vale a pena fingir; goste-se ou não, aquilo a que chamamos “precariedade” (re)entrou nas nossas vidas - não só no domínio das relações de trabalho – e veio para

João Caupers

ficar. Resta-nos decidir qual atitude mais inteligente: lutar contra ela, essencialmente com instrumentos jurídicos, de eficácia cada vez mais duvidosa, ou aprender a conviver com ela, procurando mesmo fazer reverter em nosso proveito as oportunidades que proporciona.

Por mim, estou preparado: se os professores de direito forem despedidos, vou abrir um bar e passar o resto da minha vida activa a fazer *cocktails*. Poderá a precariedade trazer a felicidade?